

8 MARÇO • DIA INTERNACIONAL MULHER



O PCP saúda as mulheres portuguesas valorizando o significado desta data como uma importante jornada de afirmação dos seus direitos, uma jornada que em Portugal assinala 30 anos da sua primeira comemoração em liberdade.

Em 1910 foi proclamado o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem à luta das operárias têxteis de Chicago pela redução da jornada de trabalho e por direitos.

Uma data que vem sendo uma oportunidade importante para dar voz à luta das mulheres e das suas organizações contra todas as formas de dominação e exploração que marcam a condição da mulher, de defesa dos seus direitos, contra a guerra e pela Paz.

1975 • 2005

30 anos
do 8 de Março em liberdade
•
30 anos
das primeiras eleições livres
•
30 anos
do Ano Internacional da Mulher
(declarado pela ONU)

As primeiras iniciativas do PCP na Assembleia da República

O resultado das últimas eleições legislativa foi uma grande derrota do PSD e CDS-PP. Agora é preciso que a mudança se concretize.

Logo que a nova Assembleia da República inicie os seus trabalhos, o PCP apresentará as suas primeiras iniciativas. Destacamos:

Despenalização do aborto, sem recurso a referendo

Porque é imprescindível pôr fim à entrada de mulheres nos hospitais devido a sequelas provocadas por aborto clandestino e acabar com as perseguições e julgamentos de mulheres por prática de aborto clandestino, o PCP apresentará um Projecto-lei visando a aprovação, sem recurso a referendo, de uma lei de despenalização do aborto, a pedido da mulher até às 12 semanas.

Contra o desemprego feminino e em defesa do sector têxtil

Porque é necessário acabar com o fecho de empresas e com os despedimentos, o PCP apresentará, em defesa do sector têxtil e do vestuário – em risco de fechar 700 a 800 unidades industriais com a consequente perda de 80 a 100 mil postos de trabalho –, um Projecto de Resolução que introduza uma cláusula de salvaguarda deste sector, o que irá preservar o direito ao trabalho de muitas trabalhadoras.

Aumento dos salários e das pensões

Para 2005, o PCP propõe aumento do salário mínimo nacional para 400 euros, o que irá beneficiar sobretudo as trabalhadoras. E aumento das pensões e reformas, fixando a pensão social em 178 euros, a pensão agrícola em 214 euros e as pensões da segurança social entre 231 euros e 356 euros, colmatando as baixas reformas e pensões que atingem particularmente as idosas.



EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

O PCP intervirá na Assembleia da República, e fora dela, por melhores condições de vida e em defesa dos direitos das mulheres.

São compromissos do PCP a luta pela:

1. Garantia da autonomia económica das mulheres

Acesso ao emprego em condições de igualdade. Direito à contratação colectiva. Combate ao desemprego e precariedade. Direito ao trabalho com direitos. Eliminar discriminações no trabalho.

2. Melhoria da qualidade de vida e uma justa repartição do rendimento nacional em favor da mulher

Aumentos significativos dos salários. Revalorização do salário mínimo nacional. Erradicação das discriminações salariais. Eliminar a feminização da pobreza. Promover a igualdade de oportunidades das idosas, das cidadãs portadoras de deficiência e das imigrantes.

3. Acesso universal das mulheres ao Sistema Público da Segurança Social

Melhoria da protecção social no desemprego, na doença, na maternidade-paternidade. Reposição da reforma aos 62 anos. Combate ao trabalho clandestino e ilegal. Criação de um subsídio de nascimento para todos os pais que não têm acesso ao subsídio de maternidade-paternidade. Pagamento integral dos 150 dias de licença de maternidade (100% do salário). Equivalência do subsídio, em caso de baixa por gravidez de risco, ao subsídio de maternidade-paternidade.

4. Protecção da função social da maternidade-paternidade

Direito à opção livre e responsável da maternidade. Exercício dos direitos de maternidade e paternidade. Protecção da saúde da mulher e da criança. Cumprimento pelo Estado e pelas entidades

patronais dos seus deveres para com esta função social.

5. Igualdade de acesso de todas as mulheres ao Serviço nacional de Saúde

Cuidados médicos qualificados na gravidez, parto e pós-parto. Acesso à educação para a saúde e sexualidade e às consultas de planeamento familiar. Prevenção e tratamento de doenças do aparelho reprodutor e de outros problemas ginecológicos. Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

6. Promoção da igualdade de direitos na família. Direito à vida profissional e familiar

Redução do horário de trabalho para 35 horas. Interrupção do processo de desregulamentação dos horários de trabalho. Rede pública de qualidade, e a preços acessíveis, de creches, infantários e ATL's.



Campanhas de sensibilização para a partilha de responsabilidades familiares.

7. Criação de condições que permitam o reforço da participação social e política

Erradicação dos constrangimentos económicos, sociais e culturais que limitam ou impedem a participação das mulheres nos centros de decisão. Campanhas de sensibilização que valorizem e incentivem a participação das mulheres em igualdade.

8. Promoção de medidas de prevenção e combate à violência sobre as mulheres

Uma adequada política de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. Implementar programas de acção contra o tráfico de mulheres e crianças para a prostituição e pornografia.

Com a tua inscrição no PCP
MAIS FORÇA AO PCP
POR UM PORTUGAL COM FUTURO



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa



www.pcp.pt
e-mail: pcp@pcp.pt